



45 CMS faz um minuto de silêncio em memória dos conselheiros Natal de Oliveira e  
46 Elaine Bordin. Não havendo pedidos de alteração a pauta do dia é aprovada. Na  
47 sequência o conselho passa a discutir a ata da 320ª Reunião Ordinária do CMS. Não  
48 havendo manifestações a ata é aprovada pelo CMS. O conselheiro **João Batista** se  
49 absteve do voto por não ter participado da última reunião. A conselheira **Rita**  
50 **Domansky** se absteve do voto. O conselheiro João Batista Martins se apresenta  
51 como novo representante do CRP de Londrina e diz que um prazer e um grande  
52 aprendizado participar do CMS, espera então poder contribuir com reflexões junto ao  
53 conselho e implementar a função de saúde mental do conselho para implementação  
54 das políticas do SUS, dos CAPS e a decorrência dos instrumentos para que se  
55 garanta a saúde mental no município. Na sequência é passado ao ponto de pauta  
56 “Apresentação Do Teto MAC”. **Andressa** (SMS/DRAS) realiza a apresentação e se  
57 coloca à disposição para esclarecimentos. O conselheiro **João Batista** questiona o  
58 que é MAC e AIH. O conselheiro **Fahd Haddad** explica que MAC significa média e  
59 alta complexidade, o Ministério da Saúde repassa recursos específicos para a  
60 atenção básica, vigilância sanitária, atendimento de serviços ambulatoriais e  
61 hospitalares, sendo que esta é a parte da MAC. Fahd prossegue e explica que AIH  
62 significa autorização de internação hospitalar, pois antes do paciente internar os  
63 auditores autorizam uma internação e com isso se faz a conta e é cobrado do SUS.  
64 Fahd questiona que na página 3 constam 70 milhões de reais no total do que está  
65 aprovado e não repassado, na página 4 são mais 5 milhões 363 mil de extrapolação  
66 de diária, portanto, gostaria de saber se estes 5 milhões estão dentro dos 70 milhões  
67 ou tem de ser somados à parte. Fahd questiona qual a perspectiva de o município  
68 receber este recurso de 75 milhões do MS, visto que alguns prestadores já entraram  
69 com ação judicial. **Andressa** (SMS/DRAS) responde que nos 70 milhões não estão  
70 os 5 milhões de extrapolação de diária de capacidade instalada, pois o MS não  
71 reconhece como dívida o que está acima da capacidade instalada, logo, a dívida  
72 oficial são os 70 milhões, sendo que vai ser preciso ainda fazer uma correção devido  
73 a portaria ministerial em relação aos leitos covid do HU, algo que vai estar na  
74 próxima apresentação. Em relação ao questionamento sobre perspectiva de Londrina  
75 receber estes recursos em discussão, a SMS todo mês tem encaminhado ofício com  
76 esta mesma apresentação do CMS e mais alguns dados para o MS solicitando  
77 revisão do teto, mas a resposta é sempre que a solicitação está em análise, mesmo  
78 as ações do HEL e da ISCAL contra o Ministério da Saúde ainda estão sob análise,  
79 então não tem nenhuma previsão concreta para passar ao conselho. O conselheiro  
80 **Luiz Koury** diz que é muito triste constatar que a cada mês a dívida só aumenta,  
81 especialmente numa época de pandemia onde os hospitais estão mais precisando de  
82 aporte financeiro para sobreviver, e há está insensibilidade do MS de aumentar o teto  
83 de Londrina, pois já são 70 milhões de dívidas acumuladas em apenas 1 ano, além  
84 disso os 5 milhões não reconhecidos pelo MS que significa que tem mais pacientes  
85 do SUS do que os leitos colocados à disposição, sendo que não se reconhece que  
86 estes leitos é porque são retirados dos convênios e particulares para dar espaço ao  
87 SUS, por isso é que a capacidade instalada é sobrepujada pelo número de pacientes,  
88 e ainda é penalizado duas vezes, primeiro porque deixa de receber receita de

89 convênios e particular e depois porque o SUS não paga a conta do seu paciente  
90 porque ultrapassou os leitos oferecidos, ou seja, trata-se de uma aberração que não  
91 tem cabimento, inclusive é até chato falar disso todo mês e não sair do conselho  
92 nenhuma medida prática em direção ao ministério, a SMS diz que todo mês manda  
93 um ofício, mas não consta que em algum mês o conselho tenha feito a mesma coisa,  
94 quando cabe inclusive moção de repúdio, mas o conselho fica imóvel e apenas  
95 olhando o que está acontecendo e esperando para ver o que vai dar algum dia. Koury  
96 coloca que na página 3 da prestação de contas consta “processada SIH – extrapolou  
97 o prazo de 180 dias/autorizado pelo prestador”, mas não devia constar a frase  
98 “autorizado pelo prestador”, pois nenhum prestador autoriza não receber pelo seu  
99 atendimento, inclusive já pediu para que fosse retirada essa expressão, pois dá a  
100 entender que o próprio prestador está abrindo mão de receber aquilo que lhe é  
101 devido. O conselheiro **Lincoln Magalhães** questiona se a SMS pode disponibilizar  
102 cópias dos ofícios que a DRAS tem encaminhado mensalmente para o Ministério de  
103 Saúde, pois assim poderá juntar ao processo do HEL contra o MS. Lincoln questiona  
104 se o conselho tem alguma assessoria jurídica para analisar se seria possível o  
105 conselho entrar como *amicus curiae* no processo do HEL e da ISCAL caso ela tenha  
106 interesse, pois assim o conselho poderia ajudar o processo a ser avaliado pelo juiz,  
107 sendo que o CMS seria uma ajuda de peso nesta situação. Lincoln questiona qual a  
108 estratégia técnica efetiva da SMS que o governo federal chegue no que seria o teto  
109 normal de Londrina. Andressa (SMS/DRAS) diz que em relação a fala do Drº Koury ,  
110 na verdade onde consta “processada SIH – extrapolou o prazo de 180 dias/autorizado  
111 pelo prestador”, é que já foi discutido que não seriam mais bloqueadas contas dos  
112 prestadores, a SMS recebeu ofício da Santa Casa, HEL e Hoftalon dizendo que não  
113 gostariam de que fossem bloqueadas as contas, então tudo que é realizado dentro do  
114 mês é apresentado para o MS, então é isso que significa o termo autorizado pelo  
115 prestador. Com relação aos ofícios citados pelo Lincoln, ele pode encaminhar um  
116 ofício a SMS solicitando a cópia dos ofícios que a SMS tem encaminhado ao MS, mas  
117 já adianta que é praticamente uma cópia do que é apresentado ao CMS. Em relação  
118 ao último questionamento do Lincoln, o que está dentro da governabilidade da SMS é  
119 demonstrar e solicitar incessantemente junto ao MS a revisão do teto de Londrina, a  
120 PML não tem recursos para manter o extrapolemto mensal e arcar com essas  
121 despesas, o que a SMS está fazendo de efetivo é demonstrar isso junto ao MS de  
122 forma incessante, por ofício, e-mail, ligando toda semana , o secretário já foi várias  
123 vezes a Brasília conversar com o MS junto com o prefeito, ou seja, a SMS tem feito  
124 tudo que está a seu alcance. O conselheiro **Edvaldo Viana** coloca que a Comissão  
125 de Orçamento E Finanças é que deve tratar desse assunto , já foi aberta a  
126 possibilidade, mas não houve o respaldo dos prestadores, ou seja, se eles tem  
127 interesse de resolver isso eles é que devem procurar a comissão e por lá tentar  
128 resolver o problema, senão todo mês esta discussão irá se repetir. O conselheiro  
129 **Laurito Porto Filho** coloca que há algumas reuniões foi feita uma proposta de  
130 acionar a Comissão De Orçamento E Finanças do CMS, esta elaborar um relatório de  
131 todas as pendências , posteriormente seria feito uma comissão para busca de apoio  
132 político, pois como todos bem sabem, nem o orçamento da união para 2021 está

133 aprovado, então há espaço para debate e buscar articulações para conversar com o  
134 MS, mas ocorre que os próprios prestadores acabaram colocando nas reuniões do  
135 CMS que isso era inviável, pois já tentaram uma vez e não conseguiram , mas se a  
136 porta estava fechada uma vez será que ela estará fechada sempre, ou seja, é preciso  
137 tentar novamente, não dá para ficar jogando a responsabilidade apenas na costa do  
138 município, a proposta foi feita e aprovada pelo conselho, mas os próprios prestadores  
139 não querem participar da situação para tentar uma solução, então não basta apenas  
140 jogar a responsabilidade nas costas do município, pois ele não tem condições  
141 financeiras de arcar sozinho com todas as despesas, a própria CF coloca que cada  
142 ente federativo tem seu papel na gestão financeira do SUS, então o conselho pode ter  
143 um relatório da Comissão De Orçamento E Finanças para subsidiar o debate com  
144 parlamentares, buscar apoio na CML, na Assembleia Legislativa do PR, na congresso  
145 e no senado, para que assim se possa conversar com o MS e colocar em pauta a  
146 situação do déficit que é feito por uma tabela que não é atualizada, o Brasil vive uma  
147 situação difícil onde muita gente saiu dos planos de saúde para ir para o SUS, se isso  
148 não for debatido com o MS o déficit ficará cada vez maior, a situação econômica é  
149 difícil e o cenário não vai melhorar. O conselheiro **Luiz Koury** afirma que os  
150 prestadores não estão jogando a responsabilidade nas costas do município e muito  
151 menos desinteressados, tanto que levantam essa questão em todas as reuniões para  
152 que o conselho não possa alegar depois que não sabia da situação, inclusive a prova  
153 que não colocam nas costas do município é que o HEL e ISCAL entraram na justiça  
154 contra o Ministério da Saúde e o Hoftalon também vai entrar, se um dia vai receber  
155 não sabe dizer, dizem que precatórios são pagos no ano seguinte, então os  
156 prestadores estão muito interessados e o conselho deveria se interessar também,  
157 pois todos aqui usam os hospitais, e não são somente os filantrópicos, baste olhar  
158 para o quanto o HU tem para receber, então fica muito preocupado com a situação,  
159 inclusive comentou que o deputado federal líder do governo na câmara aumentou o  
160 teto da cidade dele quando ele era ministro e já falou para várias pessoas, inclusive  
161 para sua pessoa e para o prefeito Marcelo, que não iria aumentar o teto de Londrina  
162 porque eles estavam querendo quebrar o SUS, então com este tipo de argumento  
163 político não acredita que isto vá funcionar , por isso que os prestadores estão  
164 entrando na justiça, agora o conselho fez exatamente o que, será que é preciso oficial  
165 a comissão sendo que ela participa das reuniões e está vendo o que está  
166 acontecendo. O conselheiro **João Batista** diz que pelo que está entendendo está  
167 discussão vem de longa data e concorda com a encaminhamento proposta pelo  
168 conselheiro Koury de que o CMS se manifeste junto ao MS, por meio de uma  
169 representação ou com uma nota de repúdio ou qualquer documento que marque um  
170 posicionamento político do CMS, não sabe se o precatório é pago no ano seguinte,  
171 inclusive isso fragiliza as relações entre as instituições de saúde, há uma instituição  
172 pública como HU que deve ser garantida e a dívida cresce, talvez outro  
173 encaminhamento é que gostaria de saber se há algum tipo de discussão a nível  
174 estadual a respeito desta dívida e se outros municípios estão passando pelo mesmo  
175 problema e se esta discussão tem ressonância no CES, pois uma articulação  
176 estadual seria bastante interessante para uma pressão política junto ao MS, quiçá

177 uma articulação nacional, pois trata-se de uma questão que não diz respeito apenas a  
178 Londrina, o estado vem paulatinamente se retirando da sua responsabilidade para  
179 com a saúde pública. João Batista finaliza dizendo que a proposta do *amicus curiae* é  
180 bastante pertinente, pois de certa forma o controle social se faz presente neste tipo de  
181 ação jurídica e pode ali apoiar e referendar o encaminhamento dos processos em  
182 andamento contra o Ministério Da Saúde. **Andressa** (SMS/DRAS) responde que essa  
183 é uma discussão que tem sido feita amplamente no estado e em todo Brasil. O  
184 conselheiro **Fahd Haddad** propõe que o coordenador da Comissão De Orçamento E  
185 Finanças marque uma reunião com os prestadores para discutir internamente o  
186 problema propor a melhor estratégia para ajudar o gestor a buscar a melhoria do teto  
187 financeiro. O conselheiro **Fernando Marcucci** diz que o conselheiro Fahd Haddad  
188 faz parte da Comissão De Orçamento E Finanças. O conselheiro Fahd Haddad diz  
189 que entrará em contato para agendar a reunião com a comissão. O presidente  
190 **Lincoln Ramos E Silva** afirma que o conselho sempre esteve disposto a tentar  
191 ajudar a resolver esse problema que já vem de longe, mas não obteve êxito nos  
192 últimos movimentos para tentou, agora o conselho está recebendo a informação que  
193 os prestadores estão entrando na justiça, o que depende da comissão de finanças ela  
194 vai continuar fazendo o seu papel que é de primeiro externar o problema e depois de  
195 tentar buscar soluções, todas as propostas feitas foram neste sentido, todos estão  
196 caminhando no mesmo rumo, mas é preciso ter um pouco de tranquilidade quanto a  
197 isso para não começar a resgatar defuntos. No tocante a proposta do Fahd não vê  
198 nenhum problema, mas se preocupa com a proposta do conselheiro Lincoln  
199 Magalhães, pois não sabe se o conselho tem esta atribuição e competência de estar  
200 entrando como figura ativa num processo judicial, portanto, gostaria que esse  
201 questionamento fosse feito por escrito para que o conselho possa consultar a  
202 assessoria jurídica da PML para ver se isso seria ou não possível. O conselheiro  
203 **João Batista** pede questão de encaminhamento e questiona se sua proposta do CMS  
204 buscar uma articulação estadual foi ou não aprovada. O conselheiro **Fernando**  
205 **Marcucci** responde que todos os encaminhamentos propostos serão analisados  
206 primeiramente na Comissão De Orçamento e Finanças e depois disso o conselho vai  
207 determinar qual medida adotará. O conselheiro **Ângelo Barreiros** diz que seria  
208 importante que essa questão fosse encaminhada para o CES e CNS. O senhor  
209 Francisco da Comissão de Saúde Pública da AML pede a palavra e diz que a AML  
210 tem interesse em participar da Comissão Estadual de Saúde se possível. O  
211 presidente **Lincoln Ramos E Silva** explica que cada conselho em sua esfera tem um  
212 regimento a ser seguido, logo, as comissões pertinentes ao CMS são aquelas criadas  
213 dentro dele, se o interesse é em participar de comissões do conselho de Londrina isto  
214 poderá ser garantido, mas comissões do CES devem ser tratadas com o próprio, se a  
215 AML participa do CES ela tem como indicar , caso contrário não. A conselheira **Rita**  
216 **Domansky** diz que a AML pode participar, só não poderá votar. O senhor Francisco  
217 explica que o interesse não é dele pessoa física e sim da entidade AML, para que a  
218 mesma tenha conhecimento do que está sendo discutido nas comissões. O  
219 presidente **Lincoln Ramos** sugere que a AML encaminhe ofício para o CES  
220 solicitando a participação. O conselheiro **Ângelo Barreiros** relata que é coordenador

221 da Comissão de Orçamento e Finanças do CES e esclarece que as reuniões são  
222 públicas e qualquer pessoa pode participar, se AML quer participar basta fazer um  
223 pedido para a secretaria executiva do CMS e ela enviara o link para participar das  
224 reuniões. Seguindo os trabalhos o conselho passar a discutir o terceiro ponto da  
225 pauta "*Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde Referente aos meses de*  
226 *setembro a dezembro/2020 - Sandra Silva*". Sandra Regina Silva (SMS/DF) realiza a  
227 apresentação da prestação de contas e coloca-se a disposição para os  
228 questionamentos. O conselheiro **Edvaldo Vianna** questiona que o conselho ainda  
229 está esperando pelas ressalvas da prestação de contas anterior e o Laurito vai fazer a  
230 leitura das ressalvas da prestação que acabou de ser apresentada. O conselheiro  
231 **Laurito Filho** coloca que no dia 08 de fevereiro a comissão de finanças se reuniu  
232 para deliberar sobre a prestação de contas que seria apresentado no CMS, então ela  
233 foi de parecer favorável a aprovação das contas do período de outubro a dezembro  
234 de 2020 com as seguintes ressalvas: *informações sobre utilização dos recursos da*  
235 *fonte 340, relatório de aplicação dos recursos da fonte 499, exceto o recurso FAN,*  
236 *relatório de avaliação das entidades do terceiro setor prestador de serviço que será*  
237 *definido pela comissão, pendências dos relatórios de auditoria dos contratos firmados*  
238 *com o Cismepar, não priorização da atenção básica por parte do financiamento*  
239 *estadual e federal e análise das notas fiscais dos contratos de manutenção de*  
240 *veículos que será feito pela comissão. A comissão solicita que seja alterada a planilha*  
241 *de entrega de vales- transporte fornecidos aos pacientes do município, pois a planilha*  
242 *somente conta com os valores e não o nome de quem recebeu os vales-transporte. A*  
243 *comissão solicitas as portarias que se referem aos repasses de recurso para*  
244 *enfrentamento da covid 19, sendo que nesta questão existe as contas covid e*  
245 *algumas delas não tem a identificação de qual portaria que regula sua utilização e*  
246 *várias destas contas não foram utilizadas. A comissão solicita relatório de consultas e*  
247 *exames, bem como as consultas faltantes. As reuniões foram realizadas com quórum*  
248 *mínimo devido a pandemia de coronavirus.* O conselheiro **Fernando Marcucci**  
249 questiona onde identificar a fonte do castra-móvel. Marcucci coloca que a comuniaids  
250 relatou que estão com dificuldade na compra de cesta básica que são doadas para  
251 pacientes acompanhados pelo ambulatório. **Sandra Regina Silva** (SMS/Financeiro)  
252 responde que não tinha conhecimento da dificuldade na aquisição das cestas, mas  
253 pelo que apurou parece que a empresa solicitou reequilíbrio de preços, por isso as  
254 cestas ainda não foram compradas. Em relação a castração de animais ela está no  
255 item recursos livres na fonte 305 da vigilância epidemiológica. O conselheiro **Edvaldo**  
256 **Viana** solicita que a comuniaids faça um parecer sobre o problema da cesta e  
257 encaminhe para a comissão de orçamento e finanças. **Sandra Regina Silva**  
258 (SMS/Financeiro) diz que o que ocorre é que todas as aquisições da SMS tem de ser  
259 baseadas num processo licitatório e com contrato, então tem um ata de registro de  
260 preço para que se possa fazer a compra dos itens para montar a cesta, mas a  
261 empresa que ganhou a licitação não está mais concordando com os preços firmados  
262 no contrato, então como teve um aumento de preços de modo geral, eles estão  
263 solicitando que a SMS pague mais caro do que foi contrato, sendo que isso tudo tem  
264 burocracia que demora um pouco para resolver, mas a SMS vai tentar agilizar isso e

265 resolver esse entrave o mais rápido possível. O conselheiro **Edvaldo Viana** reafirma  
266 seu pedido para que a comunaids faça um parecer sobre o assunto e encaminhe  
267 para o CMS. Não havendo mais assunto, o CMS aprova a prestação de contas aos  
268 meses de setembro a Dezembro/2020 com as ressalvas apresentadas pela Comissão  
269 Orçamento Finanças. O conselheiro **Lincoln Ramos** se abstém do voto por não ter  
270 participado das discussões devido a estar de férias. O conselheiro **João Martins** se  
271 abstém por não ter participado das discussões. O conselheiro **Edvaldo Zanuto**  
272 também se absteve do voto. O conselheiro **Fernando Marcucci** informa que o  
273 conselho precisa aprovar um parecer de aprovação das contas de 2020 para o  
274 Tribunal de Contas. O conselheiro **Luiz Koury** diz que no ano passado foi incluída a  
275 ressalva de que haviam contas pendentes a pagar para os prestadores de serviço,  
276 mas não viu dentre as ressalvas apontadas hoje alguma neste sentido, logo, gostaria  
277 de propor que em razão da insuficiência de recursos repassados do FNS ao FMS, há  
278 um valor pendente que deve ser repassado aos prestadores de cerca de 70 milhões  
279 de reais. O conselheiro **Edvaldo Viana** coloca que os prestadores têm um  
280 representante na Comissão De Orçamento E Finanças, então seria importante os  
281 prestadores conversarem para que o seu representante leve as demandas do  
282 segmento para a comissão. O conselheiro **Luiz Koury** coloca que sua proposta é  
283 porque a plenária vai aprovar um parecer das contas do ano de 2020, então tem o  
284 direito de propor que seja colocado uma ressalva que não foi proposta pela comissão.  
285 O conselheiro **Ângelo Barreiros** diz que como o parecer será encaminhado para o  
286 TC, seria importante fazer uma anotação de que existe um déficit da união com o  
287 município e o respectivo valor total de 75 milhões. O conselheiro **Fahd Haddad**  
288 esclarece que ele é o representante dos prestadores na comissão de finanças, este  
289 assunto do déficit do município não é discutido na comissão, essa planilha é  
290 apresentada apenas na reunião da plenária, por isso que não entra no relatório, mas  
291 com a sugestão do Drº Koury isso pode ser incluído na próxima reunião, basta  
292 apresentar isso na avaliação das contas, algo que não é feito na comissão de  
293 finanças. O conselheiro **Luiz Koury** questiona se para os que votaram hoje no  
294 parecer para o TC, vai caber aguardar uma próxima reunião de finanças para incluir  
295 neste relatório, pois pelo que está entendendo o ano de 2020 está sendo encerrado hoje.  
296 O conselheiro **Fahd Haddad** coloca que vai ser colocado na reunião da comissão o  
297 déficit acumulado de um ano para o outro. O conselheiro **Luiz Koury** questiona se  
298 para o TC vai uma conta fechada e redonda, com o que entrou e o que saiu. O  
299 conselheiro **Laurito Porto Filho** coloca que consta na linha 40 a 43 da ata da  
300 comissão de finanças a discussão dos valores retidos e não pagos, a comissão vem  
301 conversando e quer saber qual é a atualização dos valores e como anda o pagamento  
302 aos prestadores, uma vez que isso afeta aos usuários. Quanto a proposta do Drº  
303 Koury, concorda com a posição do mesmo, pois relatar esse problema no parecer  
304 pode ajudar no debate para buscar uma solução. O presidente **Lincoln Ramos** diz  
305 que o pleno é soberano e pode aprovar ou não qualquer proposta feita pelos  
306 conselheiros. A conselheira **Rosilene Machado** explica que a prestação de contas  
307 junto ao TC está apenas referendando que o CMS acompanhou as contas 2020, mas  
308 ele não exige toda revisão que o TC faz e não tem problema se o pleno entender que

309 deve colocar no parecer que os recursos não são suficientes. *O CMS aprova parecer*  
310 *favorável as contas 2020 com todas as ressalvas apresentadas durante o ano e a*  
311 *inclusão da ressalva proposta pelo conselheiro Luiz Koury.* Seguindo com os  
312 trabalhos, o conselho passa ao ponto de pauta seguinte: *Apresentação e Apreciação*  
313 *do Relatório Quadrimestral.* **Evilin Gorckis** (SMS/DPGS) esclarece que o documento  
314 foi enviado com antecedência para os conselheiros e está à disposição para os  
315 esclarecimentos necessários. A diretora **Rosilene Machado** destaca que foi feita uma  
316 correção no slide da ouvidoria e a SMS já mandou a mesma para a secretaria do  
317 CMS. O conselheiro **Edvaldo Viana** questiona que neste quadrimestre foram  
318 entregues as reformas das unidades Cabo Frio, Jamile, Marabá, Maravilha e Ideal,  
319 logo, gostaria de um parecer da comissão de obras para que no futuro se saiba o que  
320 foi aprovado, pois é complicado simplesmente dizer que foram entregues essas obras  
321 e não haver um parecer da comissão se foi cumprido o contrato, quanto custou,  
322 quanto demorou, se teve aditivo. Viana coloca que foram entregues o PAI, Centrolab  
323 e nova ala da maternidade, portanto, também gostaria de parecer da comissão sobre  
324 estas obras. Viana questiona que a SMS realizou a campanha de vacinação contra a  
325 paralisia infantil com a aplicação de 17339 doses de vacina, logo, gostaria de parecer  
326 da comissão de acesso ao SUS. Viana pede parecer da comissão de obras sobre o  
327 andamento das obras na unidade Jardim Leonor, sede do SAMU, Maternidade e UBS  
328 São Luís. Viana pede parecer e relatório sobre tabletes comprados para uso dos  
329 agentes comunitários de saúde. Viana pede parecer da comissão de acesso ao SUS  
330 sobre os atendimentos da equipe do consultório de rua. Viana pede parecer da  
331 comissão de acesso ao SUS sobre os atendimentos do CAPS. Viana pede parecer da  
332 comissão de acesso ao SUS sobre os atendimentos de enfrentamento a covid na  
333 unidade Chefe Newton, Maria Cecilia, Ouro Branco, Vila Ricardo, Jardim  
334 Bandeirantes e Guanabara. O conselheiro **Laurito Porto Filho** questiona quantas  
335 pessoas foram contratadas no teste seletivo, quando eles iniciaram as atividades, se  
336 estes foram para todas as unidades e qual a quantidade por vaga. Laurito questiona  
337 como estão as tratativas do município com o instituto Butantã para compra de  
338 vacinas. Laurito questiona qual o índice de resolutividade das denúncias e  
339 reclamações feitas a ouvidoria. Laurito questiona qual a dificuldade na transmissão de  
340 dados citada na página 22. Laurito questiona na página 25 uma demanda que já havia  
341 solicitado no relatório passado que a apresentação viesse com a especificação das  
342 categorias e itens atendidos, senão fica somente o número geral e não dá para saber  
343 o quadro real do que está acontecendo na produção da atenção básica, o mesmo  
344 acontecesse nas páginas 26 e 27. Laurito questiona em relação as atividades do  
345 NASF na covid na página 28, foi pedido na última reunião que fosse encaminhado um  
346 relatório com as empresas visitadas e o número de trabalhadores atendidos e que  
347 este fosse encaminhado para a CIST, algo que não foi feito. Laurito pede que os  
348 atendimentos do consultório de rua sejam estratificados por categoria e item. Laurito  
349 questiona que na página 33, no item gestão e monitoramento do bolsa família,  
350 gostaria de saber qual o período da 1ª vigência de 2020. Laurito questiona quais  
351 unidades de saúde estão vinculadas as escolas municipais na página 42. Laurito  
352 questiona qual o motivo do asterisco na página 60 nos atendimentos dos CAPS.

353 Laurito questiona qual é legendas de cada letra da página 69 a respeito do serviço de  
354 internação domiciliar. Laurito questiona se as internações do HCOR na página 80 está  
355 incluído internações por covid. Laurito questiona sobre aumento das doenças  
356 infecciosas e parasitárias da página 84 e qual justificativa. Laurito questiona se  
357 comparativo do terceiro trimestre de 2019 com o terceiro de 2020 na página 90  
358 tiveram impacto devido a pandemia. Laurito questiona se na página 91 estão incluídas  
359 as denúncias de covid. Laurito questiona quais os pedidos e objetivos nos pedidos de  
360 pesquisa na página 99. Laurito questiona quais são as principais doenças da  
361 dispensação de medicamentos na página 102. O conselheiro **Fernando Marcucci**  
362 coloca que como são muitos questionamentos, os conselheiros poderiam mandar os  
363 questionamentos por escrito para facilitar o trabalho da secretaria. O presidente  
364 **Lincoln Ramos** questiona que talvez fosse o caso de trazer junto com o relatório  
365 quadrimestral a pactuação anual, verificando as metas e aquilo que for cumprido  
366 dentro de cada meta, assim é possível enxergar melhor aquilo for acontecendo no  
367 quadrimestre. A diretora **Rosilene Machado** responde que isso já é feito com os  
368 indicadores obrigatórios, porém, o que está faltando é a comissão de  
369 acompanhamento da PAS, relatório quadrimestral e RAG se reunir. O presidente  
370 **Lincoln Ramos** propõe que a comissão então se reúna para fazer esta análise. A  
371 diretora **Rosilene Machado** explica que a comissão precisa fazer um calendário, pois  
372 é isso que está faltando, pois muitas vezes a SMS não consegue esperar a comissão  
373 se reunir devido as prazos obrigatórios de prestação de contas do relatório  
374 quadrimestral que é a Lei 141, então a Comissão De Instrumentos de Gestão tem de  
375 trabalhar muito para cumprir todos os instrumentos de planejamento. O presidente  
376 **Lincoln Ramos** sugere que seja feito como é feito na comissão de finanças, seria  
377 aprovado o relatório quadrimestral e os apontamentos entrariam como pendências  
378 para as próximas reuniões. Lincoln questiona como está a questão de contratação e  
379 recursos humanos, principalmente para vigilância. **Rosilene Machado** responde que  
380 a SMS tentou disparar um processo de concurso público ano passado, foi feito  
381 previsão de vagas e encaminhado para a gestão, mas com a nova lei do município  
382 que alterou algumas questões dos cargos, houve um impedimento de fazer esse  
383 concurso público enquanto a comissão do PCCS não se reunia e resolvia estes  
384 problemas dos novos cargos, por isso que todas as contratações mais urgentes tem  
385 sido feitas com processo seletivo, mas pelo que sabe a comissão vai se reunir este  
386 ano para resolver isso e então a prefeitura poder realizar concurso público. Amanda  
387 (SMS/RH) diz que a última informação passada foi que o concurso ainda está sob  
388 análise da comissão e há uma solicitação de parecer jurídico junto a PGM, mas pelo  
389 andar que a SMRH repassou o parecer deve ser positivo para alguns cargos. O  
390 presidente **Lincoln Ramos** diz estar muito preocupado com a questão da dengue, os  
391 casos têm aumentado em toda cidade e daqui a pouco vamos ter uma epidemia no  
392 município, então a gestão deveria dar uma priorizada neste tipo de contratação.  
393 **Amanda** (SMS/RH) diz que a gestão tem sempre cobrado isso e acredita que se for  
394 preciso será possível abrir teste seletivo em casos de emergência. O presidente  
395 **Lincoln Ramos** diz que teste seletivo na dengue é complicado, pois quando o sujeito  
396 começa a aprender a dinâmica de trabalho o contrato acaba, por isso é preciso

397 pensar em alternativas para resolve o problema. Amanda (SMS/RH) diz que pode ser  
398 feita uma solicitação para ver se a situação foi resolvida ou pelo menos para quais  
399 cargos o parecer seria favorável. O conselheiro **Edvaldo Viana** informa que o  
400 conselheiro Laurito é o novo membro da Comissão de Instrumentos de Gestão. Na  
401 sequência é passado ao ponto de pauta: *Demandas dos Conselheiros/Comissões*.  
402 Respondendo a um questionamento do conselheiro **Ângelo Barreiros** sobre a  
403 questão o eletrocardiograma, Andressa (SMS/DRAS) responde que se trata de um  
404 exame de média complexidade solicitada pela UBS, o protocolo que ainda não foi  
405 validado estabelece que este exame será regulado assim como os demais exames,  
406 atualmente este protocolo está em fase de finalização e assim que possível ele será  
407 implementado, não somente o eletrocardiograma, mas também o RX e outros  
408 exames. O conselheiro **Fernando Marcucci** questiona como está a fila de espera  
409 destes exames. Andressa (SMS/DRAS) para estes exames é longa, pois são poucos  
410 prestadores de serviço, justamente devido ao valor que o SUS paga, tanto que se não  
411 fosse a Policlínica a fila seria ainda maior. O presidente **Lincoln Ramos** questiona  
412 quanto tempo está demorando para a pessoa conseguir fazer o exame. Andressa  
413 (SMS/DRAS) responde que isso depende, pois hoje não existe regulação oficial, este  
414 exame não entra no saúdeweb, mas as unidades ligam e solicitam prioridade para os  
415 exames que tem mais pressa para serem feitos e o paciente consegue, mas não  
416 saberia informar tudo isso de imediato, mas pode trazer isso futuramente. O  
417 conselheiro Edvaldo Viana solicita que a Comissão de Acesso ao SUS traga na  
418 próxima reunião um parecer sobre esta demanda. A diretora Rosilene Machado  
419 sugere que a comissão marque uma reunião com a Dr<sup>a</sup> Andressa para discutir todos  
420 os itens elencados. O conselheiro **Fernando Marcucci** diz que vai marcar uma  
421 reunião da comissão e já adianta que serão solicitados os dados de exames,  
422 consultas ambulatoriais e análise da fila de espera. O presidente **Lincoln Ramos** diz  
423 que o segmento dos usuários fez alguns questionamentos a gestão por meio do ofício  
424 nº 38 a respeito de como estava a questão dos leitos, óbitos no período, a gestão  
425 então mandou uma resposta e ela será encaminhada para todo o conselho. Lincoln  
426 diz que outra informação importante é que será preciso realizar uma plenária de  
427 saúde no dia 17/03. A diretora Rosilene Machado propõe que a Comissão Executiva  
428 seja responsável pela organização do evento. O CMS aprova a proposta. O  
429 conselheiro **Fernando Marcucci** coloca que a comissão de acesso ao SUS solicitou  
430 uma atualização nas informações sobre o enfrentamento a covid e vacinação. O  
431 secretário de Saúde **Felippe Machado** faz uso da palavra e apresenta ao conselho o  
432 Plano Municipal de Imunização. O conselheiro Ângelo Barreiros questiona que alguns  
433 idosos em casas de repouso ainda não receberam a 2<sup>a</sup> dose e o prazo de 30 dias  
434 está vencendo. O conselheiro Luiz Koury diz que o município está utilizando a  
435 Coronavac e a Astrazeneca, a primeira a segunda dose é até 4 semanas, já a  
436 segunda o prazo é de 3 meses. O conselheiro **Edvaldo Viana** questiona com qual  
437 antecedência a SMS planeja as vacinações, se o conselho pode ser informado sobre  
438 o dia e o local destas vacinações e se a Comissão de Acesso Ao SUS pode participar  
439 destes eventos com pelo menos 2 conselheiros em cada local, para que assim a  
440 comissão possa fazer um relatório das vacinações. O secretário de Saúde **Felippe**

441 **Machado** responde que isso depende muito, infelizmente os planejamentos não  
442 acontecem com a antecedência que a SMS gostaria, até mesmo porque as vacinas  
443 tem chegado de surpresa e a secretaria não pode perder muito tempo, logo, a  
444 secretaria tem um arcabouço montado e rapidamente as equipes tem de desdobrado  
445 para atender a população, mas nada impede da SMS informar ao conselho assim que  
446 se concretize a ação. Nas ações de *drive-thru* é muito mais fácil do conselho  
447 participar devido ao fato de ser ações grandes, já nas salas de vacina fixa a SMS  
448 tenta evitar aglomerações, mas evidente que os conselheiros são sempre bem vindos  
449 para acompanhar o processo e ajudar a apontar situações que as vezes passam  
450 despercebidas, então vai orientar a equipe para que isso seja informado ao conselho,  
451 inclusive já queria informar em primeira mão que o Centro De Convivência da Zona  
452 Norte passará a funcionar como sala de vacina a partir deste sábado, entendendo  
453 que a zona norte tem uma grande população e com muitos idosos. O conselheiro  
454 **Laurito Porto filho** questiona quantas pessoas receberam a Coronavac, quantas  
455 receberam Astrazeneca e quantas já receberam a 2ª dose. Laurito questiona se as  
456 segundas doses de Coronavac estão sendo reservadas para quem tomou a 1ª dose.  
457 Laurito questiona que em dezembro o prefeito foi conversar com o instituto Butantã  
458 sobre a possibilidade de adquirir vacinas, logo, gostaria de saber se a categoria dos  
459 bancários não poderia ser incluída no plano de vacinação destas vacinas que a PML  
460 por ventura possa adquirir, pois é a quarta categoria profissional mais afetada  
461 segundo os dados epidemiológicos, inclusive a SMS ainda não respondeu o ofício  
462 que o SEEB mandou para a SMS sobre essa questão. O secretário de Saúde **Felippe**  
463 **Machado** responde que não há separação por laboratório, até mesmo porque a SMS  
464 não está tratando assim para que não se crie uma dificuldade de gestão e o  
465 profissional não tenha essa questão de escolher vacinas, então a secretaria vai  
466 trabalhar com as vacinas liberadas pela ANVISA conforme encaminhado pelo governo  
467 federal, mas o que pode afirmar é que até agora Londrina recebeu 6670 doses da  
468 ASTRAZENECA, ou seja, um número bem menor que da Coronavac, então todas as  
469 segundas doses feitas foram da Coronavac. Em relação as segundas doses, o estado  
470 do Paraná pactuou que as vacinas só seria direcionado aos municípios o percentual  
471 referente a metade das doses que recebeu e a outra metade vai ficar guardada para  
472 num futuro próximo eles fazerem a distribuição, justamente porque há uma  
473 insegurança junto ao governo federal do envio das segundas doses e isso poderia  
474 ocasionar a não conclusão do esquema de vacinação, já no caso da Astrazeneca a  
475 orientação foi para aplicar todas as doses disponíveis, considerando que o  
476 espaçamento entre as duas doses é muito maior e o MS garante que neste período  
477 irá enviar as segundas doses da vacina. Em relação a visita do prefeito ao Instituto  
478 Butantã, na ocasião o prefeito firmou um termo de intenção de compra, entretanto,  
479 dias depois o governo federal sinalizou a compra do Butantã e assinou um contrato de  
480 exclusividade com o instituto, o qual determina que 100% das vacinas produzidas  
481 serão direcionadas ao MS, mas claro que isso é muito dinâmico e isso pode mudar  
482 daqui alguns meses. Com relação a inclusão de novas categorias em vacinas  
483 eventualmente adquiridas pelo município, se isto acontecer a SMS tem realmente a  
484 prerrogativa de definir as prioridades e alterar o plano, então fica o seu compromisso

485 com o conselho de ao menos debater isso futuramente se isso acontecer, então seria  
486 possível incluir os bancários se o município fizesse a aquisição de vacinas,  
487 evidentemente com as devidas justificativas e de acordo com o interesse público de  
488 minimização dos impactos da pandemia. Em relação a resposta do relatório dos  
489 bancários, houve alguns entraves administrativos, mas a SMS vai tentar corrigir isso e  
490 encaminhar na próxima semana. O conselheiro **Laurito Porto Filho** diz que no  
491 começo de fevereiro o SEEB enviou um ofício a DVS informando um surto numa  
492 agencia da Caixa Econômica, onde 10 pessoas foram positivadas para covid num  
493 espaço de 15 dias. Hoje teve conhecimento de um problema sério numa agencia do  
494 Santander, onde um gerente regional, mesmo sintomático para covid, foi trabalhar e  
495 fez uma reunião com todos os gestores da cidade e estes estão disseminando os  
496 vírus por todas as agencias, inclusive uma agencia na Avenida Tiradentes foi fechada  
497 por este motivo, então é aquilo que vem tentando repassar para a SMS: há um  
498 problema sério com a categoria dos bancários, muito pouco reconhecida na sua  
499 atividade essencial e que não está tendo respaldo diante do cenário de pandemia,  
500 pois mesmo com o pedido junto a prefeitura a categoria não foi atendida e ficou  
501 alijada do debate, pois o governo federal está perdido e a categoria vem sofrendo  
502 muito, tanto que em Londrina já ouve 2 óbitos de bancários, então a situação é grave  
503 e a categoria mesmo atuando desde o início da pandemia está sentindo falta de  
504 reconhecimento da população e do poder público. A conselheira **Alexsandra Moreira**  
505 diz que está recebendo alguns questionamentos de assistentes sociais que atuam  
506 com pessoas com deficiência nas entidades conveniadas ao SUS, sobre o fato de não  
507 terem sido vacinas ainda, logo, gostaria de saber se estes profissionais estão  
508 elencados para as próximas fases de vacinação. O secretário de Saúde **Felippe**  
509 **Machado** responde que atualmente estão sendo vacinados os profissionais de saúde  
510 com mais de 40 anos em serviços de saúde desde que estejam com o registro em dia  
511 em seu conselho de classe e tenham feito cadastro prévio no site da PML, até sábado  
512 foram 1000 e hoje foram validados mais 1240 profissionais de diversas áreas, entre  
513 eles os assistentes sociais que estejam nos serviços de saúde. Seguindo os trabalhos  
514 o secretário de Saúde **Felippe Machado** apresenta um relatório de vacinação e da  
515 covid no município. O conselheiro **Edvaldo Viana** questiona o número de leitos  
516 disponíveis no HCOR e porque as vezes tem vaga neste hospital e ficam mandando  
517 apenas para o HU. O conselheiro Laurito Porto questiona que não há nos relatórios  
518 dados sobre pessoas sequeladas após o covid. O secretário de Saúde **Felippe**  
519 **Machado** diz que não sabe como seria possível conseguir estas informações, mas vai  
520 analisar isso junto aos hospitais essa possibilidade. Em relação ao HCOR e HU, o HU  
521 enche mais porque são hospitais de diferente perfil de atendimento, de contratos e  
522 referencias diferentes, no HCOR são 40 leitos de UTI contratados exclusivamente,  
523 então não é um hospital que tem porta aberta, então não pode mandar para lá um  
524 doente que seja indicativo de enfermaria, a regulação é medica , o que tem sido  
525 regulamentado é que todos os pacientes com critérios de internação de UTI de  
526 Londrina que estejam fora do HU sejam direcionados ao HCOR, por outro lado, o  
527 HCOR também atende pacientes do HU, sejam de transferência de UTI ou pacientes  
528 de enfermaria do HU que acabam agravando e precisam de um leito, então não dá

529 para comparar os dois hospitais, sem contar o fato de que o HU é referência para 97  
530 municípios e mais de 2 milhões de habitantes. O conselheiro Jurandir Rosa questiona  
531 quantos moradores de rua já foram infectados com covid e quantos foram a óbito. O  
532 secretário de Saúde **Felipe Machado** responde que não tem conhecimento sobre ter  
533 ocorrido óbitos entre moradores de rua, já o número de infectados não são muitos,  
534 mas vai levantar estes dados e encaminhar ao CMS. O município montou uma casa  
535 de apoio para os pacientes de rua ficarem em isolamento domiciliar com toda  
536 assistência do município. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta  
537 “Aprovação de Lista de Equipamentos que serão Adquiridos com saldo de Recursos  
538 Estaduais anteriormente recebidos”. Evilin Gorckis (SMS/DPGS) explica que o  
539 conselho precisa aprovar uma lista de equipamentos para que a SMS possa solicitar a  
540 SESA uma adesão a resolução 46/2021 para utilização de saldos remanescentes de  
541 resoluções anteriores de aquisição de equipamentos: Resolução Sesa Nº 607/2015,  
542 Resolução Sesa Nº 604/2015 - 514/2017, Resolução Sesa Nº 563/2018 E 373/2018.  
543 O conselheiro **Laurito Porto Filho** propõe que o CMS aprove a aquisição destes  
544 equipamentos e que depois a SMS encaminhe quais UBS’s serão contempladas.  
545 Evilin Gorckis diz que na maioria dos itens, cada UBS vai receber ao menos 1, o único  
546 item que tem menos é a autoclave, então já foi definido que será encaminhado para  
547 as UBS’s Cabo Frio, Santa Rita, Aquiles, Lindoia, Marabá e San Izidro, mas a SMS  
548 pode encaminhar posteriormente um relatório de todos os equipamentos adquiridos e  
549 sua destinação. O CMS aprova a resolução 002/2021 com a relação de  
550 equipamentos em atendimento à Resolução SESA nº 0046/2021, que estabelece  
551 critérios e dispõe sobre as condições para a aplicação dos saldos de recursos  
552 financeiros, habilitados nas Resoluções Secretaria da Saúde do Paraná – SESA,  
553 referente a incentivo financeiro de investimento para a aquisição de equipamentos  
554 para as Unidades de Atenção Primária. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto  
555 de pauta: Informes. O conselheiro **Jurandir Rosa** coloca à disposição da SMS a sede  
556 do SINDINAPI para vacinação dos idosos. A diretora **Rosilene Machado** agradece  
557 em nome da SMS ao SINDINAPI. O conselheiro **Laurito Porto Filho** informa que a  
558 executiva irá encaminha ofício ao município e a CML solicitando a inclusão do CMS  
559 no debate sobre a LDO do ano que vem. O conselheiro **Ângelo Barreiros** questiona  
560 sobre retenção de pedidos de exames de eletrocardiograma em UBS’s e se isso tem  
561 ocorrido em todas as unidades, se for possível que a SMS faça uma solicitação as  
562 coordenadoras das UBS’s que informem a quantidade de exames retidos em suas  
563 unidades e que não são informados a regulação. O conselheiro **Fernando Marcucci**  
564 informa que este assunto já foi deliberado e será encaminhado para a Comissão de  
565 Acesso ao SUS. O conselheiro **Edvaldo Viana** pede a inclusão do conselheiro Ângelo  
566 Barreiros na Comissão de acesso ao SUS. O conselheiro João Batista Martins pede  
567 que seja incluído na Comissão de Saúde Mental do CMS. Esta ata foi digitada pelo  
568 servidor Anderson Luiz Oliveira Silva e revisada pela secretária Sandra Bavia.

Titular	Carlos Felipe Marcondes Machado	
Suplente	Rosilene Machado	

Titular	Maria Lúcia da Silva Lopes	Ausente
Suplente	Joelma Aparecida de Carvalho	Justificou
Titular	Fábio Molim	
Suplente	Pilar Nadir Alvares Soldório	Ausente
Titular	Lincoln Ramos e Silva	
Suplente	Luís Alfredo Gonçalves	Ausente
Titular	Sergio Luis Conojó	
Suplente	Maria Celeste Vitorazzo	Ausente
Titular	Joice Mara Cruciol e Souza	
Suplente	Ester Massae Okamoto Dalla Costa	
Titular	João Batista Martins	
Suplente	Nadya Christina Silveira Pellizari	Justificou
Titular	Fernando César Marcucci	
Suplente	Flávia Gonçalves	Justificou
Titular	Alexsandra A Jesus Moreira	
Suplente	Ana Paula Gracindo	
Titular	Edmilson Garcia	
Suplente	Manoela Germinari Pessoa	Ausente
Titular	Lincoln Vieira Magalhães	
Suplente	Luiz Soares Koury	
Titular	Fahd Haddad	
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	
Titular	Rita Domansky	
Suplente	Vivian Biazon El Reda Feijó	Ausente
Titular	Reilly Aranda Lopes	
Suplente	Geraldo Júnior Guilherme	

Titular	Edvaldo Vianna	
Suplente	Sem indicação	
Titular	Sem indicação	
Suplente	Livaldo Bento	Ausente
Titular	Vaine Teresinha P Marques	
Suplente	Teresa Moreschi	
Titular	João Victor Custódio Nery	
Suplente	Maria Inês Bento Gimenes	Ausente
Titular	Silvia Aparecida Brazao	Ausente
Suplente	Ailton de Souza	Ausente
Titular	Wagner Aguiar de Almeida	
Suplente	Sônia Oliveira da Silva	Ausente
Titular	Faustino Aparecido de Abreu	
Suplente	Alcides Antônio Oliveira	Justificou
Titular	Neide Aparecida Gonçalves	
Suplente	João Maria Cabral	Ausente
Titular	Eunice Tieko Myamoto	
Suplente	Edvaldo Zanutto	
Titular	Laurito Porto de Lira Filho	
Suplente	Regina Ferreira de Souza	
Titular	Jurandir Pinto Rosa	
Suplente	Jair Rodrigues Pereira	Ausente
Titular	Ângelo Barreiros	
Suplente	Sem indicação	
Titular	André Akira Horiuchi	
Suplente	Maria José Barbosa	

Titular	Sem indicação	
Suplente	Alexandre Montezin	

569